

Alexandre Bitencourt

Como a mídia-educação e a inovação curricular
podem transformar a escola pública

LANÇAMENTOS



**A FESTA SURPRESA DA
CHAPEUZINHO VERMELHO**
de Cleia Teixeira

INTERVALO POÉTICO
de J. Wilton



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adelfson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adelfson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaufort
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:
T.I. Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 66 (ago. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 360 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>
DOI: <https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657. 494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

08 O pertencimento também se constrói à mesa: quando a alimentação escolar encontra os Direitos Humanos

Mirella Clerici

10 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

12 POIESIS

J. Wilton

14 Alexandre Bitencourt: como a mídia-educação e a inovação curricular podem transformar a escola pública

Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. ESTÍMULO DA PRÓ-SOCIABILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, CONVIVÊNCIA E DESAFIOS NO COLÉGIO COMANDANTE BULA-PROVÍNCIA DO HUAMBO-ANGOLA	23
Alberto Praia Tchinhama	
2. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	29
António dos Reis Fançony /Calunda dos Santos Jorge /Sabalo João Luanda	
3. O ESTUDO DA DISTÂNCIA ENTRE DOIS PONTOS NO PLANO CARTESIANO: UM ESTUDO APLICADO AO ENSINO DA GEOMETRIA ANALÍTICA NA 10.ª CLASSE	35
Armando Kangolo Basílio /Denilson Genito Moisés dos Anjos /Ngombo Rodrigues Lucau	
4. CIBERSEGURANÇA, GUERRA CIBERNÉTICA E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS: A NOVA DIMENSÃO DOS CONFLITOS E OS DESAFIOS PARA OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA	44
Augusto Hudson Simeão	
5. DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A AVALIAÇÃO FORMATIVA E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A INFÂNCIA	53
Carina Fardim Soares	
6. O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO E A REALIDADE EDUCATIVA: HÁ, NA PRÁTICA, CONDIÇÕES SUFICIENTES DE ASSEGURAMENTO DESTES DIREITOS?	61
Chiquito Afonso Fernando Domingos /Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	
7. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O AVANÇO DA ESCRITA DO ALUNO PRÉ-SILÁBICO: CONTRIBUIÇÕES DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E DO LETRAMENTO	72
Cirlene Alves de Oliveira	
8. RECONHECIMENTO DE ANGOLA AO GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE BURKINA FASO: ANÁLISE SOBRE AS MENSAGENS DO PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO AO IBRAHIM TRAORÉ	80
Daniel Cordeiro	
9. PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA COMO REFORÇO POSITIVO NA RECUPERAÇÃO DE PACIENTE	85
Edgar Francisco da Silva Gonçalves	
10. ESPAÇOS EXTERNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCOS NORMATIVOS, QUALIDADE E CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS SOBRE AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS	90
Elaine Santos do Nascimento	
11. O PSICÓLOGO COMO SOLUCIONADOR DE PROBLEMAS E MITIGADOR DE DANOS:DUAS FUNÇÕES ESSENCIAIS NA PRÁTICA CLÍNICA CONTEMPORÂNEA	97
Esmael Joaquim Machado	
12. POLÍTICA EDUCATIVA EM ANGOLA E A GARANTIA DO DIREITO NA EDUCAÇÃO	100
Faustino Moma Tchippesse	
13. A APRENDIZAGEM DO FUTSAL ESCOLAR COM JOGOS ESPORTIVOS COLETIVOS NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	106
Fernando Leite Miranda	
14. A ALTERIDADE NO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO SER	113
Gersiane Alves Pavão	
15. A INDISCIPLINA NA ESCOLA: NOTAS DE UM ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA NGUENDELAMBA VIN-105	119
Guilherme Mateus Moma	
16. EFICÁCIA REGULATÓRIA DO KWENDA: UMA PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO	126
Gustavo Bruno Wandaqueia António	
17. A TEORIA DOS DOIS FACTORES DE HERZBERG NO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	135
Irma Cristina de Moraes Chinhema	
18. ENSINO COLABORATIVO NAS SALAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO À LUZ DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA)	142
Jeam Rodrigo de Oliveira	
19. DO ANALFABETISMO À AUTONOMIA FEMININA: IMPACTO DO PROJECTO OKUTANGA NA VIDA DAS MULHERES ZUNGUEIRAS	151
João Eduardo Quinseque /Mário Jamba Artur /Daniel Marculino Muenho /Eugénio Chicapa /Lília Stevens de la Cruz	
20. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO FUNDAMENTAL: O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA ARTICULAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	161
Joice Pereira Marques	
21. A GESTÃO ESCOLAR E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE PARTICIPAÇÃO, LIDERANÇA E TRABALHO PEDAGÓGICO	170
Katia Aparecida de Sousa Lima	
22. PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E REGIONALISMO: A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA	178
Luciana Cardoso de Souza	
23. ENVELHECIMENTO COMO PROBLEMA E COMO OPORTUNIDADE	181
Luís Venâncio /Elizabeth Hama Francisco	

24. A LEITURA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS E MEDIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS	188
Lusilene da Rocha Alves	
25. ENTRE O PRESCRITIVO E O NARRATIVO: A NATUREZA HÍBRIDA DO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO E OS ESTUDOS DE GÊNERO E DA SEXUALIDADE]	198
Marcelo Cunha	
26. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO: PRINCÍPIOS, DIREITOS DE APRENDIZAGEM E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	215
Maria Angela Ferreira Oliveira	
27. PROGRAMA DE GARANTIA DA QUALIDADE ACADÊMICA NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DO BITA	218
Maria Canga Álvaro	
28. EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO: DA CIDADE EDUCADORA AO PROGRAMA SÃO PAULO INTEGRAL	224
Maria Elena dos Santos Silva	
29. A ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E AS NECESSIDADES DA CRIANÇA	227
Maria Madalena Sampaio Silva	
30. DIAGNÓSTICO PRÉ-HOSPITALAR DO ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL: PERCEPÇÃO DE ENFERMAGEM SOBRE O USO DA ESCALA DE CINCINNATI	237
Mário Adelino Miranda Guedes	
31. A PERTENÇA ALÉM DA MATRÍCULA: EXPERIÊNCIAS DE ACOLOHIMENTO LINGÜÍSTICO, CULTURAL E ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	242
Mirella Clerici	
32. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA INFÂNCIA: PEDAGOGIA DA ANCESTRALIDADE E LITERATURA COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA	255
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf	
33. A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA NA ANTIGUIDADE: CONTRIBUTOS PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO 1 ANO DO CURSO DE ENSINO DA MATEMÁTICA	267
Ngombo Rodrigo Lucau /Denilson Genito Moisés dos Anjos	
34. ESTUDO DE CASO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO DANDE, BENGO NO PERÍODO DE 2023 - 2025	275
Panzo Manuel Bunga	
35. O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ADEQUAÇÃO A NOVA TENDÊNCIA PEDAGÓGICA, CASO DO INSTITUTO SUPERIOR LUSÍADA DO HUAMBO-ANGOLA	281
Pedro Isaac /Walter Albino António Sassoma	
36. PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PERÍODO PANDÊMICO	286
Rafaela Gois Zirpolo	
37. O BRINCAR E AS INTERAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS, TEMPOS E EXPERIÊNCIAS	291
Roseli Brito Tenório Ramos	
38. A FORMAÇÃO DOCENTE NA ERA DA EDUCAÇÃO DIGITAL: SABERES, CIDADANIA E DESAFIOS EMERGENTES	300
Suellen Vidal Araújo da Silva	
39. O BRINCAR COMO FERRAMENTA DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E MOTOR NA INFÂNCIA	307
Talita Torraca Vieira da Silva	
40. FACTORES DE RISCOS ASSOCIADOS À INSUFICIÊNCIA RENAL CRÓNICA EM PACIENTES ATENDIDOS NO CENTRO DE HEMODIÁLISE DO HOSPITAL DO PRENDA NO PERÍODO DE JUNHO A JULHO DE 2025	310
Tamara Garcia Calixto /Belkis Tomilson Garcia /Tomas Miriam Tabares	
41. SAÚDE E EDUCAÇÃO: INTERSETORIALIDADE ENTRE SUS E ESCOLA NA PROMOÇÃO DO CUIDADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	317
Tatiana Miranda Lima	
42. FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DOS ALUNOS DO I CICLO NA COMUNA DE CAITOU, MUNICÍPIO DA BIBALA PROVÍNCIA DO NAMIBE	325
Teresa Francisca Nkhulwavo /Domingos Tchinhama Mangundu /Betsabé Pompa Abreu	
43. EDUCAÇÃO INFANTIL COMO TERRITÓRIO DE DIREITOS: EXPERIÊNCIAS, QUALIDADE E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA	331
Valquiria Souza Cardoso	
44. DIÁLOGOS E SABERES BIOCULTURAIS E O SEU PAPEL ESTRUTURANTE NA EDUCAÇÃO PARA A BIODIVERSIDADE ENTRE COMUNIDADES KHOISAN DE ANGOLA E POVOS INDÍGENAS DO BRASIL	338
Valter Joaquim Vidal	
45. CONSUMO EXCESSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NA ADOLESCÊNCIA: PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS PARA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM ANGOLA	344
Vidal António Machado	
46. A SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: CASO DO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO	350
Walter Albino António Sassoma	

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by
OJS / PKP



ESPAÇOS EXTERNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCOS NORMATIVOS, QUALIDADE E CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS SOBRE AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

Elaine Santos do Nascimento¹

RESUMO: Os espaços externos constituem uma dimensão relevante da Educação Infantil, relacionada aos direitos de brincar, conviver, participar, explorar e vivenciar experiências corporais e de contato com diferentes ambientes. Este artigo tem como objetivo analisar como os espaços externos são abordados em marcos legais, normativos e documentos orientadores da Educação Infantil brasileira, articulando essa análise às contribuições de estudos acadêmicos que investigaram sua organização e utilização em contextos institucionais específicos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida mediante análise da legislação educacional, de documentos normativos e orientadores e de produções acadêmicas relacionadas à infância, aos espaços educativos, à natureza e à qualidade da Educação Infantil. O corpus documental contempla a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular, documentos de infraestrutura e qualidade, as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil e a atualização dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil disponibilizada em 2026. A literatura examinada aponta, em contextos específicos, questões relacionadas à disponibilidade, à organização, à qualidade e às formas de utilização dos espaços externos, sem que esses achados possam ser generalizados para o conjunto das instituições brasileiras. Conclui-se que a análise da qualidade dos espaços externos requer considerar, de maneira articulada, sua existência física, suas condições materiais, a presença de elementos naturais, sua acessibilidade e a frequência e intencionalidade de seu uso pedagógico.

Palavras-chave: Educação Infantil; Espaços externos; Políticas educacionais; Qualidade; Direito à infância.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e integra o conjunto de direitos educacionais assegurados às crianças brasileiras. A efetivação desse direito não se limita à oferta de vagas, envolvendo também condições institucionais, pedagógicas e materiais adequadas às especificidades das crianças de zero a cinco anos.

Nesse contexto, a organização dos ambientes educativos adquire relevância, uma vez que os espaços

nos quais as crianças convivem, brincam, exploram e estabelecem relações participam das experiências construídas cotidianamente nas instituições. Os espaços externos, portanto, não devem ser compreendidos apenas como áreas destinadas ao recreio ou como complementos da sala de referência, mas como ambientes que podem integrar a proposta pedagógica da Educação Infantil.

É necessário, entretanto, diferenciar os distintos documentos que compõem a trajetória das políticas educacionais brasileiras. A Constituição

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Sumaré. Graduação em Educação Especial pelo Centro Universitário Cidade Verde, UNICV. Professora de Educação Infantil, PEI. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/1996 integram o campo da legislação educacional; resoluções do Conselho Nacional de Educação, como a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), e a Resolução CNE/CEB nº 1/2024, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, apresentam caráter normativo. Outros documentos, por sua vez, possuem função curricular, orientadora ou de apoio à avaliação da qualidade.

Nessa última categoria situa-se o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), publicado em 1998. Embora constitua um documento historicamente importante para compreender determinadas concepções pedagógicas que marcaram a Educação Infantil brasileira no final da década de 1990, o RCNEI não deve ser tomado como legislação nem como principal referência normativa contemporânea.

Posteriormente, as DCNEI consolidaram princípios e diretrizes para a organização das propostas pedagógicas da Educação Infantil. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, reafirmou as interações e a brincadeira e sistematizou seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento — conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se — que podem ser vivenciados em diferentes tempos, espaços e situações educativas.

Mais recentemente, as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil ampliaram a atualidade da discussão sobre condições de oferta e qualidade, enquanto a atualização dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, disponibilizada pelo Ministério da Educação em 2026, oferece referências contemporâneas para processos de reflexão e avaliação institucional.

Diante desse conjunto documental, torna-se pertinente analisar não somente a existência física dos espaços externos, mas diferentes dimensões relacionadas a eles. Uma instituição pode possuir área externa e, ainda assim, apresentar limitações quanto à qualidade, diversidade ou acessibilidade desse ambiente; da mesma maneira, um espaço fisicamente adequado pode ser pouco integrado às experiências cotidianas das crianças. Portanto, existência, qualidade e uso constituem dimensões distintas e complementares de análise.

Também é necessário diferenciar espaços externos de espaços naturais. Pátios cimentados, quadras, corredores descobertos e parques podem ser classificados como áreas externas, mas isso não significa necessariamente que proporcionem contato significativo com árvores, terra, água, vegetação, animais ou outros elementos naturais.

Nesse artigo, a expressão direito à infância é compreendida como a garantia de condições para que a criança vivencie plenamente sua condição de sujeito de direitos, incluindo oportunidades de brincar, conviver, participar, explorar, movimentar-se, expressar-se e estabelecer relações com outras crianças, adultos, espaços e elementos do ambiente. Trata-se, portanto, de uma categoria relacionada à garantia de experiências compatíveis com as especificidades da infância e não apenas ao acesso formal à instituição educativa.

A discussão acadêmica sobre espaços externos e natureza apresenta contribuições relevantes para compreender essas questões. Trabalhos de Tiriba, Menezes, Fernandes e Monteiro e Rodrigues, associados a pesquisas publicadas mais recentemente, permitem examinar tanto as potencialidades pedagógicas desses ambientes quanto situações concretas identificadas em instituições e redes específicas.

É importante ressaltar que estudos realizados em instituições, municípios ou redes determinadas não autorizam generalizações sobre toda a Educação Infantil brasileira. Entretanto, seus resultados constituem evidências relevantes para identificar questões recorrentes, formular perguntas e analisar criticamente as condições de organização e utilização dos espaços externos.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a presença e o significado dos espaços externos nos marcos legais, normativos e orientadores da Educação Infantil brasileira, articulando essa análise aos achados de pesquisas acadêmicas realizadas em contextos específicos sobre a organização e o uso desses ambientes.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Considerando que não foram realizadas observações em instituições, entrevistas com profissionais ou

crianças, levantamento de infraestrutura ou coleta direta de dados em redes de ensino, o trabalho não pretende caracterizar empiricamente a realidade nacional da Educação Infantil.

A pesquisa documental concentrou-se em documentos relacionados aos direitos das crianças, ao currículo, à infraestrutura e à qualidade da Educação Infantil. Foram considerados documentos de diferentes naturezas e períodos históricos, distinguindo-se: a) legislação educacional, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; b) documentos normativos de caráter mandatório, especialmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil; e c) documentos curriculares, técnicos e orientadores, entre os quais o RCNEI, a BNCC, os documentos referentes à infraestrutura e os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.

A inclusão do RCNEI ocorreu por sua relevância histórica para a trajetória curricular da Educação Infantil brasileira, e não por ser compreendido como legislação vigente ou como documento normativo equivalente às resoluções do Conselho Nacional de Educação.

Na dimensão bibliográfica, foram priorizadas produções relacionadas aos seguintes eixos: espaços externos na Educação Infantil; organização dos ambientes educativos; relação entre infância e natureza; brincar e movimento; infraestrutura e qualidade; e desemparedamento da infância. O corpus incorporou trabalhos clássicos já presentes na versão inicial do estudo, como Menezes, Tiriba, Fernandes e Monteiro e Rodrigues, além de produções publicadas a partir de 2020 que investigam contextos institucionais específicos.

Para conferir maior transparência ao percurso bibliográfico, a seleção considerou produções localizadas por meio de combinações de descritores como “Educação Infantil”, “espaços externos”, “pátio escolar”, “natureza”, “brincar”, “desemparedamento” e “qualidade da Educação Infantil”. Foram priorizados trabalhos com relação direta com a temática e, particularmente para a discussão das práticas institucionais, estudos que apresentassem dados provenientes de contextos educacionais delimitados.

Foram excluídos materiais sem relação direta com a Educação Infantil ou que abordavam espaços escolares sem oferecer elementos pertinentes aos objetivos desta pesquisa. Por se tratar de revisão narrativa, não foi adotado protocolo de revisão sistemática. Desse modo, a seleção bibliográfica busca oferecer sustentação teórica e evidências contextuais para a discussão, sem pretensão de esgotar a produção acadêmica existente.

A análise foi organizada em quatro eixos: 1) trajetória normativa e documental dos espaços na Educação Infantil; 2) infraestrutura e qualidade; 3) existência, qualidade e utilização dos espaços externos; e 4) espaços externos, natureza e direito à infância.

Os achados das pesquisas empíricas examinadas são apresentados respeitando seus contextos de produção. Portanto, situações identificadas em uma determinada instituição, município ou rede não são interpretadas como representativas de todas as instituições brasileiras.

ESPAÇOS EXTERNOS NOS MARCOS NORMATIVOS E ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A compreensão dos espaços externos na Educação Infantil passou por transformações acompanhadas por mudanças na própria concepção de criança e de currículo.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito e forneceu fundamentos para a posterior consolidação da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. A LDB, por sua vez, inseriu a Educação Infantil na organização educacional brasileira, contribuindo para superar uma compreensão exclusivamente assistencial do atendimento às crianças pequenas.

No final da década de 1990, o RCNEI apresentou orientações pedagógicas relacionadas à organização dos ambientes e às experiências das crianças. Historicamente, o documento contribuiu para a discussão sobre espaços, interações e contato com diferentes elementos do ambiente. Sua utilização no presente estudo, entretanto, deve ser compreendida em perspectiva histórica, considerando os documentos normativos e curriculares produzidos posteriormente.

Um marco fundamental dessa trajetória é a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. As DCNEI compreendem a criança como sujeito histórico e de direitos e estabelecem as interações e a brincadeira como eixos estruturantes das práticas pedagógicas. Essa concepção amplia a discussão sobre os espaços educativos, uma vez que diferentes ambientes podem favorecer relações, movimentos, explorações, brincadeiras e experiências com o mundo físico, social e natural.

A BNCC reafirma as interações e a brincadeira e organiza a Educação Infantil a partir dos direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Entre seus campos de experiências encontram-se “Corpo, gestos e movimentos” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”, diretamente relacionados às possibilidades de exploração corporal, espacial e ambiental.

Esse percurso demonstra que a discussão contemporânea sobre os espaços externos não pode se apoiar prioritariamente no RCNEI de 1998. O documento permanece relevante para uma análise histórica, mas deve ser situado em diálogo com as DCNEI, a BNCC e os marcos mais recentes de qualidade.

Em 2024, a Resolução CNE/CEB nº 1 instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, fortalecendo a necessidade de considerar as condições concretas de oferta educacional e a garantia de qualidade com equidade.

Assim, a discussão dos espaços externos deve integrar uma compreensão mais ampla de qualidade, articulando infraestrutura, proposta pedagógica, currículo, experiências das crianças e condições institucionais.

INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DOS ESPAÇOS EXTERNOS

A existência de um espaço externo constitui apenas uma das dimensões envolvidas na análise da qualidade dos ambientes de Educação Infantil.

Documentos técnicos de infraestrutura já destacavam a necessidade de planejamento das áreas destinadas às experiências externas das crianças,

incluindo diversidade de superfícies, zonas de sombra e sol, equipamentos e possibilidades de contato com elementos naturais.

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil também oferecem instrumentos para reflexão coletiva sobre os ambientes educativos. A versão atualizada disponibilizada em 2026 reforça a importância de analisar a qualidade de maneira multidimensional e contextualizada.

Nesse sentido, torna-se necessário distinguir pelo menos três aspectos: existência, qualidade e uso.

A existência refere-se à disponibilidade física de áreas externas. A qualidade envolve dimensões como tamanho, conservação, segurança, acessibilidade, diversidade de materiais, possibilidades de movimento e presença de elementos naturais. Já o uso diz respeito à frequência, ao tempo disponibilizado às crianças, às possibilidades de escolha, à intencionalidade pedagógica e à integração desses ambientes ao cotidiano institucional.

Essa diferenciação evita que a simples presença de um pátio ou parque seja tomada como evidência suficiente da garantia de experiências significativas.

Fernandes, ao investigar crianças no pátio escolar, contribui para compreender que as características ambientais influenciam as possibilidades de comportamento, interação e movimento. Contudo, por se tratar de pesquisa desenvolvida em contexto específico, seus resultados devem ser interpretados dentro dos limites estabelecidos pelo próprio estudo.

Da mesma forma, pesquisas recentes permitem ampliar a discussão sem transformar resultados localizados em afirmações sobre a totalidade da Educação Infantil brasileira. Estudos realizados em redes e instituições específicas têm identificado, por exemplo, diferenças na frequência de utilização das áreas externas, na presença de elementos naturais e na incorporação desses ambientes às propostas pedagógicas.

Portanto, em vez de afirmar que “muitas instituições brasileiras apresentam precariedade”, é metodologicamente mais adequado reconhecer que

pesquisas desenvolvidas em contextos específicos identificaram limitações relacionadas à infraestrutura, à organização ou ao uso dos espaços externos.

ENTRE AS ORIENTAÇÕES NORMATIVAS E OS ACHADOS DE PESQUISAS EM CONTEXTOS ESPECÍFICOS

A literatura acadêmica permite problematizar como os espaços externos vêm sendo organizados e utilizados em determinados contextos educacionais, mas exige cautela quanto à extensão de suas conclusões.

Tiriba problematiza processos de “emparedamento” das crianças, defendendo maior aproximação entre infância e natureza. Sua contribuição permite questionar organizações institucionais excessivamente centradas nos espaços internos e refletir sobre as possibilidades educativas existentes para além da sala de referência.

Menezes, ao discutir a organização dos espaços de ensinar e aprender nas instituições de Educação Infantil, destaca que a configuração do ambiente participa das experiências educativas, podendo favorecer autonomia, interação e exploração.

Monteiro e Rodrigues também contribuem para a compreensão dos espaços externos como ambientes nos quais as crianças podem estabelecer diferentes relações com parceiros, materiais, movimentos e brincadeiras.

Produções posteriores ampliaram essas discussões. Pesquisas realizadas a partir de 2020 apresentam evidências provenientes de contextos específicos e permitem observar que a questão não se limita à existência ou inexistência de áreas externas.

Silva e Santos (2020), ao discutirem pesquisas desenvolvidas em Fortaleza e Belo Horizonte, identificaram questões relacionadas ao uso das áreas externas, ao brincar e à regulação das ações infantis nos contextos investigados.

Valerio e Silva (2021), em pesquisa desenvolvida em uma creche municipal, discutiram a construção de experiências de desemparedamento e a relação das crianças com a natureza.

Kovalczuk e Rossi (2022), ao analisarem transformações de espaços externos em instituições de

Educação Infantil de Joinville, evidenciaram possibilidades de reorganização desses ambientes e de ampliação da relação entre crianças e natureza.

Toledo, Castro e Ricci, ao colocarem em diálogo pesquisas realizadas em creches e pré-escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, identificaram, nos contextos examinados, questões como frequência reduzida às áreas externas, poucas possibilidades de contato com elementos naturais e fragilidades na incorporação desses espaços às propostas pedagógicas.

Esses estudos não demonstram que todas ou mesmo a maioria das instituições brasileiras apresentem as mesmas características. Demonstram, porém, que há pesquisas empíricas documentando desafios relacionados aos espaços externos em diferentes contextos educacionais, justificando a continuidade das investigações sobre o tema.

Estudos mais recentes também evidenciam as potencialidades desses ambientes. Pesquisas com crianças em contextos específicos têm indicado que os pátios e demais áreas externas podem constituir espaços de brincadeira, interação, exploração e produção de significados quando integrados às experiências cotidianas.

Consequentemente, não é cientificamente adequado estabelecer, a partir do corpus desta revisão, uma “distância significativa entre a legislação e a realidade brasileira”. O que a literatura examinada permite afirmar é que determinadas pesquisas identificam tensões entre orientações educacionais e condições ou práticas observadas nos contextos por elas investigados.

Essa formulação preserva a contribuição crítica dos estudos sem extrapolar seus limites metodológicos.

ESPAÇOS EXTERNOS, NATUREZA E DIREITO À INFÂNCIA

A defesa dos espaços externos precisa igualmente evitar a associação automática entre estar fora da sala e estar em contato com a natureza.

Uma área externa predominantemente cimentada pode oferecer possibilidades de movimento, convivência e brincadeira, mas não necessariamente possibilita experiências frequentes com terra,

vegetação, água, árvores, animais e outros elementos naturais.

Por outro lado, a presença desses elementos não garante, isoladamente, qualidade pedagógica. É preciso considerar como os espaços são disponibilizados, quais possibilidades de ação oferecem às crianças, quanto tempo elas podem permanecer neles e qual participação possuem na construção das experiências.

A discussão proposta por Tiriba sobre a relação entre crianças e natureza contribui para superar uma organização educativa excessivamente centrada em ambientes fechados. Nessa perspectiva, “desemparedar” não significa simplesmente transferir atividades previamente estruturadas da sala para o pátio, mas ampliar as possibilidades de exploração, movimento, escolha, convivência e relação com diferentes ambientes.

O parque, conforme discutido por Monteiro e Rodrigues, pode favorecer escolhas relacionadas às brincadeiras, aos parceiros e aos materiais. A importância desse espaço, portanto, está relacionada tanto às suas características físicas quanto às experiências sociais e culturais que nele são construídas.

Essa perspectiva aproxima a discussão espacial dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento presentes na BNCC e dos princípios estabelecidos pelas DCNEI. Brincar, participar, explorar e conviver demandam tempos e ambientes que possibilitem ações diversas das crianças.

Compreender os espaços externos como uma das dimensões do direito à infância significa, portanto, reconhecer que as condições espaciais interferem nas possibilidades de exercício dos direitos das crianças. Isso não autoriza afirmar que determinado tipo de espaço produz automaticamente desenvolvimento ou aprendizagem, mas permite defender que ambientes diversificados, acessíveis e integrados à proposta pedagógica ampliam as possibilidades de experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a presença dos espaços externos nos marcos legais, normativos e orientadores da Educação Infantil brasileira, articulando essa

discussão às contribuições de pesquisas acadêmicas que investigaram instituições e redes específicas.

A análise documental evidencia uma trajetória de ampliação das referências relacionadas aos direitos das crianças, ao currículo e à qualidade da Educação Infantil. Nesse percurso, o RCNEI possui importância histórica, mas não deve ser tratado como legislação nem ocupar, isoladamente, o lugar de principal referência normativa contemporânea. As DCNEI, a BNCC e as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil constituem referências fundamentais para a discussão atual.

A atualização dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil disponibilizada em 2026 também reforça a necessidade de compreender a qualidade a partir de diferentes dimensões e da reflexão coletiva sobre as condições de atendimento.

Quanto às práticas institucionais, os limites metodológicos desta pesquisa precisam ser explicitados. Por não ter realizado pesquisa de campo nem levantamento nacional de infraestrutura, este estudo não permite afirmar que exista uma determinada condição predominante nas instituições brasileiras.

A literatura examinada aponta que pesquisas desenvolvidas em contextos específicos identificaram limitações relacionadas à disponibilidade, às características e, especialmente, às formas de utilização dos espaços externos. Outros trabalhos, por sua vez, demonstram possibilidades de reorganização desses ambientes e de ampliação das experiências das crianças.

Essas evidências reforçam a necessidade de diferenciar três dimensões: existência, qualidade e uso. Possuir área externa não significa necessariamente dispor de um espaço diversificado e qualificado; da mesma forma, possuir um ambiente adequado não assegura sua integração cotidiana à proposta pedagógica.

Também se mostrou necessário distinguir espaços externos e natureza. Embora relacionados, não são conceitos equivalentes. A qualidade das experiências depende das características do ambiente, da presença e diversidade de elementos naturais, das possibilidades de ação das crianças e das escolhas pedagógicas e institucionais relacionadas ao seu uso.

Dessa maneira, a literatura analisada não autoriza uma generalização sobre uma suposta distância entre “a lei” e “a prática” em toda a Educação Infantil brasileira. Ela permite identificar tensões documentadas em determinados contextos, ao mesmo tempo em que evidencia possibilidades de transformação das práticas e dos ambientes.

Conclui-se que a discussão sobre espaços externos deve integrar a agenda da qualidade e da equidade na Educação Infantil, considerando simultaneamente condições materiais, organização pedagógica, participação das crianças, oportunidades de brincar e explorar e relações com os ambientes naturais. Novas pesquisas empíricas, especialmente aquelas que comparem diferentes redes, regiões e contextos institucionais, poderão oferecer bases mais abrangentes para compreender como essas condições se manifestam na Educação Infantil brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE, 2024.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- FERNANDES, Odara de Sá. **Crianças no pátio escolar: a utilização dos espaços e o comportamento infantil no recreio**. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- KOVALCZUK, Simoniely Lilian; ROSSI, Ednéia Regina. Trajetórias e narrativas das transformações dos espaços externos em instituições de Educação Infantil: (re)ligando crianças e natureza no tempo presente. **Ambiente & Educação**, v. 27, n. 1, p. 1–27, 2022.
- MENEZES, Cláudia Celeste Lima Costa. A organização dos espaços de ensinar e aprender nas instituições de Educação Infantil. In: **CAPACITAÇÃO DOCENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL: aportes pluridisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 97–116.
- MODLER, Néboraz Lazzarotto; CARVALHO, Rodrigo Saballa de; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. Crianças e pátios escolares: significados, valores e afetividades. **Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 9, n. 2, 2024.
- MONTEIRO, J.; RODRIGUES, J. Os espaços externos como possibilidade de múltiplas experiências na Educação Infantil. **Zero a Seis**, Florianópolis, v. 17, n. 32, p. 264–278, jul./dez. 2015.
- SILVA, Rogério Correia da; SANTOS, Celiane Oliveira dos. Brincadeira, corpo e movimento: relatos de pesquisas sobre o uso das áreas externas na Educação Infantil. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, 2020.
- TIRIBA, Léa. **Crianças, natureza e Educação Infantil**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- TIRIBA, Léa. Crianças, natureza e Educação Infantil. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 29., 2006. Anais [...]. Caxambu, MG: ANPED, 2006.
- VALERIO, Viviane Graciele de Araujo; SILVA, Marta Regina Paulo da. As interações e o brincar na e com a natureza: construindo uma infância desemparedada na creche. **Interfaces Científicas – Educação**, v. 10, n. 3, p. 407–423, 2021.



<https://doi.org/10.52078/g2yjnv63>



COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama	Joice Pereira Marques
António dos Reis Fançony	Katia Aparecida de Sousa Lima
Armando Kangolo Basílio	Lília Stevens de la Cruz
Augusto Hudson Simeão	Luciana Cardoso de Souza
Calunda dos Santos Jorge	Luís Venâncio
Carina Fardim Soares	Lusilene da Rocha Alves
Belkis Tomilson Garcia	Marcelo Cunha
Betsabé Pompa Abreu	Maria Angela Ferreira Oliveira
Chiquito Afonso Fernando	Maria Canga Álvaro
Domingos	Maria Elena dos Santos Silva
Cirlene Alves de Oliveira	Maria Madalena Sampaio Silva
Daniel Cordeiro	Mário Adelino Miranda Guedes
Daniel Marculino Muenho	Mário Jamba Artur
Denilson Genito Moisés dos Anjos	Mirella Clerici
Domingos Tchinhama Mangundu	Nayane Brito Veras Godinho
Edgar Francisco da Silva	Hermisdorf
Gonçalves	Ngombo Rodrigues Lucau
Elaine Santos do Nascimento	Panzo Manuel Bunga
Elizabeth Hama Francisco	Pedro Isaac
Esmael Joaquim Machado	Rafaela Gois Zirpolo
Eugénio Chicapa	Roseli Brito Tenório Ramos
Faustino Moma Tchipesse	Sabalo João Luanda
Fernando Leite Miranda	Suellen Vidal Araújo Da Silva
Gersiane Alves Pavão	Talita Torracca Vieira da Silva
Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	Tamara Garcia Calixto
Guilherme Mateus Moma	Tatiana Miranda Lima
Gustavo Bruno Wandaqueia	Teresa Francisca Nkhulwavo
António	Tomasa Miriam Tabares
Irma Cristina de Moraes	Valquiria Souza Cardoso
Chinhemba	Valter Joaquim Vidal
Jeam Rodrigo de Oliveira	Vidal António Machado
João Eduardo Quinsequei	Walter Albino António Sassoma

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by
OJS / PKP

Parceiros:

